

Luciano Carril deixa presidência da Associação Setembro

FOTO ARQUIVO GAZETA



Luciano Carril presidiu a Associação em seus primeiros meses

Membros da diretoria da Associação Setembro devem se reunir nesta próxima semana para decidirem quem irá assumir a presidência da entidade, após a saída de seu então presidente, o empresário Luciano Corsi, anunciada há alguns dias. A Associação foi criada há três meses em Vargem Grande do Sul, com o objetivo de auxiliar as demais instituições filantrópicas da cidade, iniciando seus trabalhos com o amparo ao Hospital de Caridade.

A Gazeta procurou Luciano, que explicou os motivos de sua decisão. "Devido eu estar prestando serviço de consultoria ao Hospital Sírío Libanês para os Hospitais Federais do Rio de Janeiro, sendo seis ao todo, e tendo que ficar de segunda a sexta-feira, me impossibilita de estar presente e dedicar a Associação, achei melhor dar espaço a outra pes-

soa", disse.

Ele também destacou o trabalho desenvolvido durante esses meses. "A Associação foi fundada em setembro de 2017 e já realizou diversos eventos de captação de recursos e inclusive já fez a doação de R\$ 300 mil, conforme publicado na Gazeta e contando com dinheiro em caixa para ajudar as outras instituições filantrópicas. Já fez a nova Diretoria do Hospital, o que ninguém queria, com um empresário compe-

tente e com tempo para se dedicar", afirmou, se referindo ao atual provedor do hospital, o empresário Wagner Cipolla.

Luciano observou que o grande desafio da Associação foi reunir um grupo tão diversificado de voluntários. "Unir os empresários da cidade, Associação Comercial, Cooperbatata, Associação dos Bataticultores, Sindicato Rural, agropecuaristas, dentre outros empresários, assim todos os segmentos da cidade

estão representados para colaborar com as entidades, pois poderia ser apenas uma ação isolada de um grupo de pessoas ajudando pontualmente", avaliou.

"Hoje a Associação Setembro já conta com uma sede social, CNPJ, sancionada como utilidade pública e com um futuro sem limites, pois hoje empresários que estão à frente da Associação têm levado seus filhos para participar das reuniões e assim darão continuidade ao que se foi iniciado e tenho certeza que se perpetuará", observou. "Fiz minha parte como cidadão, não vargemgrandense, mas como um cidadão que se preocupa com os menos favorecidos, fiquei a frente do Hospital por 2 anos e meio e na Associação por 5 meses, mas deixei tudo pronto para ter continuidade independente de pessoas", afirmou Luciano.

Vereadores questionam prefeito sobre Casarão

A proposta de desapropriação do casarão histórico pertencente à família Dutra, na Praça Capitão João Pinto Fontão, foi objeto de questionamento da Câmara Municipal ao Chefe do Executivo. O ofício encaminhado no final do ano passado já foi respondido pelo prefeito Amarildo Duzi Moraes.

No dia 22 de dezembro, os vereadores Wilsinho Ferroselli (DEM), então presidente da Câmara, e Alex Mineli (PRB), presidente da Comissão de Justiça e Redação encaminharam o pedido de informação ao prefeito, apontando que o Legislativo tomou conhecimento pela imprensa a cerca da declaração de utilidade pública do imóvel e que desde então passaram a ser questionados pela população sobre a necessidade e viabilidade financeira para esta aquisição. Eles apontaram ainda que um cidadão havia protocolizado um ofício junto à Casa pedindo providências por parte do Legislativo neste caso, questionando o interesse público de tal iniciativa.

Os vereadores pediram explicações fundamentadas sobre o caso e disseram ainda que a maioria dos parlamentares acredita que o imóvel não atenderá as necessidades da Educação, departamento que não possui sede própria, paga aluguel e que deverá ser instalado no imóvel. Wilsinho e Alex ponderaram ainda que seria necessário mais dinheiro para a adaptação do prédio.

Prosseguem os vereadores lembrando que a título de saneamento de dívidas, foram promovidos diversos cortes, como suspensão da compra dos uniformes escolares, do pagamento do reembolso do transporte dos universitários, das aulas de inglês, entre outros.

Os vereadores obser-

varam que em junho do ano passado, Amarildo enviou à Câmara um ofício expondo a seriedade da crise das finanças da prefeitura e elencando uma série de medidas adotadas para cortar gastos.

Já no dia 29 de dezembro, os vereadores Guilherme Nicolau (PMDB), Alex e Célio Santa Maria (PSB) reiteraram o pedido de informações, observando ainda que o valor de mais de R\$ 2 milhões poderia ser utilizado na construção de um novo prédio que poderia abrigar não somente a Educação, mas outros departamentos públicos municipais.

RESPOSTA

No dia 10 de janeiro, Amarildo respondeu aos vereadores. Além disso, o prefeito respondeu a uma série de questionamentos feitos pela Gazeta de Vargem Grande sobre a iniciativa, conforme reportagem bastante detalhada publicada na edição do último sábado, dia 13 de janeiro.

O prefeito observou que a série de medidas adotadas durante 2017 visando o saneamento das dívidas deixadas pela gestão anterior surtiram um bom resultado, sendo possível arcar com R\$ 7,5 milhões, o que equivale a 69% do total apurado, de cerca de R\$ 11 milhões. Amarildo ainda explicou que o Departamento de Educação encontra-se com suas contas sanadas, não possuindo quaisquer dívidas e que em 2017 ainda conseguiu fazer investimentos.

Amarildo ainda relatou que o ato de desapropriação é de exclusividade do Executivo, sendo o prefeito o único responsável por este ato, o que exime vereadores e Legislativo de qualquer responsabilidade. Seguiu dizendo que a averiguação feita pelos vereadores é constitucional e desejável.

"Aliás, somos sabedores das consequências maléficas de uma má gestão (como a passada) para a cidade, mesmo quando a maioria dos membros do Legislativo cumpre com suas obrigações, mas o número de votos ainda é insuficiente para afastar o gestor do cargo e estancar a sangria que destruiu a cidade", observou Amarildo.

A exemplo do que relatou à Gazeta, o prefeito informou aos vereadores que se de fato houver a desapropriação, os recursos empregados serão provenientes dos 25% do orçamento destinado à Educação. Esse dinheiro não pode ser usado para compra de medicamentos, pagar reembolso do transporte dos universitários, adquirir uniformes, pagar salários, nem mesmo dos professores que possuem o Fundeb para isso, conforme ressaltou o prefeito.

Sobre as aulas de inglês, Amarildo ressaltou que há em curso um processo na Justiça que apura suspeitas de superfaturamento do contrato com a empresa prestadora desse serviço à prefeitura na gestão anterior. Recordou ainda que a gestão anterior responde a muitas ações civis públicas, todas na área da Educação.

Informou o prefeito que no transporte escolar tampouco se emprega os 25% da Educação e sim repasse específico para tanto. Alegou ainda que houve normatização da lei e que

todos os alunos beneficiados pelo que determina a Legislação são atendidos.

Com relação aos salários dos servidores, lembrou que a falta de recursos em virtude de uma gestão temerária que fez ultrapassar os limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal nos gastos com pessoal.

Amarildo ainda relatou que mesmo que a desapropriação seja concluída, todos os investimentos previstos para 2018 na Educação serão mantidos, como o início das obras de três novas creches, término da creche D. Zinha Cordeiro, reinício da Escola Professor Flávio Iared e reformas das escolas Francisco Ribeiro Carril e Mário Beni. Também serão desapropriadas áreas ao lado da creche D. Cesarina e Geraldo Cara Rinaldi para futuras ampliações. Será mantido o sistema de ensino apostilado e reintroduzido o ensino de inglês.

O prefeito observou que em visitas feitas no imóvel foi constatado sua viabilidade para o Departamento de Educação, além das suas condições físicas. Lembrou que foi solicitada a participação do Judiciário para acompanhar o caso. Ainda destacou a necessidade de preservação de um patrimônio histórico e ressaltou que a família detentora do casarão recebeu proposta de R\$ 3 milhões, quantia superior à oferecida pela prefeitura, que foi de R\$ 2,3 milhões.

UMA ÓTIMA OPORTUNIDADE

Ingressar num cargo público e garantir segurança e estabilidade. A maioria das centenas de pessoas que se inscreveu para o concurso público que será realizado pela prefeitura no final deste mês busca exatamente isso. Num momento em que a crise econômica nacional, que também foi sentida na cidade, parece estar dando trégua, ainda é o momento de buscar não somente uma recolocação no mercado, mas principalmente a garantia de emprego. Assim, muitos vargemgrandenses e também muita gente da região vai prestar as provas do concurso, na esperança de não precisar mais se preocupar com a falta de trabalho.

Mas, em alguns casos, a disputa será mais acirrada que vestibular para medicina em faculdade pública. Para cargos como os de professor e inspetor de alunos, o número de candidatos ultrapassa as duas centenas. No entanto, como a demanda nessa área é alta, a possibilidade de ingresso é bem maior. Em cargos como o de procurador jurídico ou engenheiro, são menos candidatos, mas como a rotatividade é menor, a possibilidade de efetivação também cai.

Ainda assim, é uma excelente oportunidade para os candidatos. E para a população também, visto que caso a prefeitura recomponha o quadro de servidores em áreas defasadas, a prestação de serviços à comunidade irá melhorar. Ficam os votos de boa sorte a todos os candidatos e que os aprovados e convocados efetivamente assumam seus cargos com o espírito de sempre servir à população, causa maior da função de um servidor público.

VISITA

Na tarde da sexta-feira, um grupo de vereadores visitou algumas creches da cidade, como a D.Zinha Cordeiro, no Jardim Fortaleza. A unidade foi inaugurada pela gestão passada, mas como não havia ligação com a rede de água e esgoto, não foi possível que ela atendesse as crianças. Foram até o local os vereadores Serginho da Farmácia (PSDB), Alex Mineli (PRB), Célio Santa Maria (PSB), Guilherme Nicolau (PMDB), Gabé (PTB) e Zé Luís da Prefeitura (PPS). O grupo foi acompanhado pelo chefe de Gabinete, Celso Bruno e a diretora de Educação, Renata Tau.

VAGAS

Os vereadores relataram que são muito procurados pela população que sofre com a falta de vagas nas creches. Por isso, estão visitando as unidades para se inteirar da situação. Na creche Dona Zinha, o grupo verificou a situação do prédio e o que está sendo feito para que ele possa finalmente, atender a população.

NOVAS UNIDADES

Em entrevista à Gazeta na semana passada, o prefeito Amarildo Duzi Moraes (PSDB) informou que a prefeitura iniciará em 2018 as obras de três novas creches, no Jardim Ferri, Paraíso II e Cohab 5, com investimento de mais de R\$ 6 milhões. Também será concluída a creche Dona Zinha Cordeiro.

ENTIDADES

Dirigentes e voluntários das entidades assistenciais de Vargem Grande do Sul convidam toda a população para um encontro neste sábado, dia 20, às 10h, no auditório da Associação Comercial e Industrial (ACI), onde apresentarão seu papel na sociedade, seu custo anual, sua contrapartida e seus projetos. O objetivo é que cada convidado saiba o que buscar para as entidades com seus contatos junto ao poder público, especialmente neste ano eleitoral. A iniciativa é do Hospital de Caridade, APAE, Mão Amiga, Sociedade Humanitária, Associação Dom Bosco, Casa de Passagem, Pais que Amam, Amigos da Cultura e Acades.

FALHA

Reportagem do Jornal Nacional veiculada na quinta-feira, dia 18, informou que a Justiça Federal apontou falhas no monitoramento por câmeras na casa do empresário Lúcio Funaro, que cumpre prisão domiciliar em Vargem. O juiz Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara de Justiça Federal do Distrito Federal, enviou um despacho para a defesa de Funaro alertando que um vídeo enviado para a Justiça não pôde ser visualizado. Além disso, ressaltou que no mapa de câmeras que o empresário enviou para a Justiça, alguns pontos da propriedade ficam sem cobertura de imagens.

EXIGÊNCIAS

Soares Leite determinou que a defesa de Funaro apresente um novo mapa das câmeras, que contenha toda a área da propriedade e o local exato de onde estão todas as câmeras, conforme a reportagem do Jornal Nacional. Exigiu que seja apresentada a mídia com as imagens dos dias 20 a 31 de dezembro de 2017, em formato compatível que possa ser aberto pela Justiça e pede que o mesmo formato seja usado nos vídeos futuros. A defesa de Funaro disse aos repórteres que tomou conhecimento das exigências do juiz e que já estão sendo providenciadas as medidas determinadas.

EXPEDIENTE ADJORI-SP

A Gazeta de Vargem Grande é uma publicação semanal da propriedade da Editora Gazeta Vgs Ltda ME, CNPJ nº 05.857.481/0001-70, editada à Rua Dr Moacir Troncoso Peres, 787, Vargem Grande do Sul - SP. Diretora Comercial: Fátima Ligabue Editora: Lígia de Paiva Ligabue

Mídias Sociais: Sara de Paiva Ligabue Publicidade: Fernando W. Franco Diagramação e Arte Final: Lucas Augusto de Barros Circulação: Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista, São Sebastião da Gramma, Itobi, Casa Branca, Divinolândia.

Advocacia Cavalheiro

34 Anos

Rua Francisco Ribeiro Carril, 840 - Centro
Vargem Grande do Sul - SP - 3641-5320
adv.jcavalheiro@uol.com.br